

Neise Freitas da Silva
Sergio Pinheiro Guerra

SUBSIDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA ÚNICA DE
EDUCAÇÃO SUPLETIVA

Para começarmos a discutir a construção de uma proposta única de educação supletiva é necessário conhecermos as orientações da Instituição neste sentido.

No documento - AÇÃO DO MOBREAL PARA 1984 - RIO DE JANEIRO - AGOSTO 1983 - destacamos o seguinte trecho:

"É fundamental perceber que, para o MOBREAL, a descentralização tem como finalidade possibilitar ao município a construção de sua proposta educativa, e, por tanto, Planos Estaduais ou Regionais significam etapas de um processo mais amplo e de mais prazo para sua efetivação.

O aperfeiçoamento do modelo político do MOBREAL deve favorecer a maior participação de todos os níveis da organização no processo decisório, especialmente sob a ótica de uma adequação permanente do trabalho às reais necessidades da comunidade.

Desse modo, pretende-se garantir, além de uma ação educativa que tenha como base de trabalho projetos nacionais, a deflagração de projetos específicos ou locais que tenham como ponto de partida os traços próprios de um determinado contexto sócio-cultural.

É importante enfatizar que tanto os projetos nacionais, com base nas características genéricas do país, quanto os projetos específicos, estão necessariamente referidos aos objetivos da Instituição e devem levar ao seu atingimento. " Podemos verificar que a possibilidade de existência de propostas locais está vinculada a um processo de descentralização gradativa.

Este processo visa a uma maior adequação do trabalho educativo a cada realidade, ampliando as chances de participação em todos os níveis, sem todavia perder de vista os objetivos dos MÓDULOS.

Observados esses pressupostos é fundamental que os técnicos se questionem sobre o porque da construção de uma proposta única de educação supletiva.

O que diferencia esta proposta dos demais projetos que a COORDENADORIA desenvolve? Porque se acredita que projetos que englobam a alfabetização e a pós-alfabetização têm uma produtividade maior?

Chamamos a atenção para essas questões, porque sabemos dos entraves apresentados pelos projetos comuns a todo estado, e imaginamos que propostas para grupos menores devam resolver pelo menos algumas dessas dificuldades.

O desenvolvimento de projetos de alfabetização e pós-alfabetização em larga escala, com relativo sucesso, está sempre vinculado a uma motivação maior, um anseio comum a maioria dos participantes. Este é este motivo comum que permite uma mobilização ampla, em engajamento efetivo e o alcance de resultados satisfatórios.

Quando a clientela percebe que a alfabetização ou o domínio de conteúdos básicos, relativos às séries iniciais lhe permitirá participar do processo maior de desenvolvimento da sociedade, os resultados da ação educacional são mais imediatos.

Entretanto, quando não existe esta motivação maior ou ela se encontra fragmentada, torna-se muito difícil trabalhar.

Neste caso talvez seja mais importante e produtivo investir recursos em grupos menores, onde as condições de execução da alfabetização e pós-alfabetização sejam mais satisfatórias.

Quando os projetos como o PAF e PEI passam a ter uma menor produtividade, não basta que novas propostas sejam montadas a nível de estado.

Com isto descemos apenas um degrau/nível hierárquico, mas

não estamos resolvendo o problema de propostas que são endereçadas a uma clientela que só é envolvida a posteriori. É necessário verificar para que grupos/comunidades a alfabetização e a pós-alfabetização se colocam como uma necessidade, que lhes permitiria dar passos no sentido de mudar condições reais de existência.

O trabalho educativo pode ainda ser iniciado por outra área de ação quando a alfabetização não se coloca como interesse imediato. Não é tão importante a construção de uma proposta formal, acabada, entretanto, é fundamental que a ação vá sendo construída, vá surgindo com a participação da clientela e monitores e com o real entendimento por parte dos técnicos das condições de vida/necessidades/aspirações das pessoas que são o objeto da proposta.

Na maioria das vezes, as propostas únicas de educação supletiva já em execução, embora destinadas a clientelas específicas, e, pressupostamente, com melhores condições de desenvolvimento que uma proposta com características comuns a nível de todo o Estado, estão longe de incorporar a existência real dos grupos a que deverão atender.

Os técnicos julgam conhecer a realidade com que trabalham e se esmeram em montar propostas convincentes e adequadas, quando na verdade qualquer ação depende muito de condições institucionais para que ocorra, mas depende muito mais de ser uma resposta a necessidades sentidas.

A clientela tem um perceber que está participando de uma proposta nova, com melhores condições, que pode ajudá-la a mudar, que acrescenta novos conhecimentos que serão úteis.

Caso contrário, estará no papel que a alfabetização se seguirá a pós-alfabetização, que os monitores serão capacitados de forma mais sistemática que a COMUN e os técnicos da COORD farão um esforço maior de acompanhamento, etc.

Perguntamos: Qual a cliente participante? Em resposta serão citados um rol de características.

Tornamos a perguntar: Será que não será recrutada a mesma cliente já participante, tantas vezes, no projeto de alfabetização (jovens, mulheres, crianças), sem um elo mais forte entre si, além da vontade/necessidade de aprender. Ou talvez com um elo mais significativo, que não conhecemos, e que mudaria toda a nossa forma de agir?

Nos conhecemos realmente essas pessoas? Elas sabem que participam de um projeto novo/diferente? Conhecem os objetivos deste projeto? Ajudaram a formulá-los? Opinarão sobre as condições em que o projeto será desenvolvido? A proposta faz sentido PARA ELES? A alfabetização é um motivo premente ou não?

E o monitor?

Sabe que está participando de uma nova proposta? Conhece suas características? Foi envolvido desde a sua concepção? Opinou sobre a sua capacitação? Sabe que trabalhará com conteúdos das quatro séries iniciais? Tem condições para tal? Conhece e convive com seus alunos? E os técnicos que pensaram a proposta? Conhecem bem a área onde trabalham? As condições reais de vida? Tiveram oportunidade de discutir-las com os alunos e monitores?

Sua prioridade de trabalho é realmente a proposta? Se envolvem em outras atividades?

Essas são algumas questões.

Outras podem ser levantadas:

- o modelo de desenvolvimento foi definido com a comunidade?
- os conteúdos locais a serem trabalhados foram pensados/discutidos?
- as possibilidades de integração com outras ações foram levantadas? Ou com empresas/indústrias da região?

Sem um mínimo de participações dos interessados. Sem que se conheça realmente seus interesses e se deseje atender suas necessidades, estaremos elaborando propostas no papel, teoricamente, únicas, experimentais para que sejam formalizadas, aprovadas, mas que não mudam condições reais de ação.

Enquanto que na prática, estaremos desenvolvendo PAF, PEI da mesma maneira de sempre, onde apenas conseguimos interferir em algumas condições de funcionamento (maior carga horária, seleção e monitores, material didático local, capacitação com maior duração), sem atingirmos, no entanto, o cerne do problema.

Estamos respondendo a reais necessidades da clientela?

Talvez até estejamos, já que muitas vezes este anseio está ligado a alfabetização. Entretanto, será que estamos realizando um trabalho de qualidade e garantindo-lhe um mínimo de conhecimento de que precisa e a que tem direito?

II - SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Discutidas estas questões iniciais, a construção de uma proposta única de educação supletiva envolve, ainda, a sistematização, por parte do corpo técnico, de uma série de conhecimentos que servirão de base para sua concepção, tais como:

. Conhecimento e análise crítica da realidade do Estado, e em particular da região onde se desenvolverá a proposta, quanto a área educacional, no que diz respeito:

- as demandas existentes, em termos de alfabetização e equivalência às 4 primeiras séries do 1º Grau;
- as condições de atendimento a essa demanda pelo sistema formal (regular e supletivo).

Para tanto, será necessário a consulta a dados do Censo de 80, do Programa Nacional de Amostragem Domiciliar, PNAD do IBGE, Plano Estadual e Municipal de Educação, arquivos da SEC, SEMEC, estabelecimentos de ensino e outros órgãos de educação.

- Caso a proposta envolva outras áreas de atuação como trabalho, saúde, cultura é indispensável o levantamento de informações e o consequente conhecimento do desenvolvimento de ações e as demandas nestas áreas no Estado e municípios.
- Análise crítica da atuação do MOBREAL com o PAF, PEI e outras ações, quanto ao:
 - atendimento às demandas;
 - conhecimento das características da clientela;
 - atendimento no PEI e outros projetos do MOBREAL aos egressos do PAF;
 - conhecimento das características dos recursos humanos (agentes, elementos da COMUN, supervisores);
 - conhecimento dos principais entraves ao desenvolvimento dos projetos do MOBREAL;
 - conhecimento da produtividade dos projetos do MOBREAL na área, etc.
- Análise dos Referenciais Básicos para a Educação de Adultos, no âmbito do MOBREAL, observando, especialmente, os princípios que devem ser preservados nas ações educativas desenvolvidas pelo MOBREAL e as recomendações quanto a participação da clientela/agentes/comunidade nas diversas fases da proposta;
- conhecimento do conteúdo de alfabetização e núcleo comum do ensino de 1º Grau - quatro las. séries;
- conhecimento das teorias de aprendizagem aplicadas a educação de adultos;
- conhecimento dos diferentes métodos/metodologias de desenvolvimento de conteúdos na alfabetização e quatro primeiras séries do 1º Grau;
- conhecimento e análise de experiências de educação de adultos;
- Outros estudos e experiências considerados importantes pelo grupo envolvido na construção da proposta.

O processo de educação de adultos deve caracterizar-se pela continuidade e progressividade das ações educativas.

Assim a alfabetização é o primeiro segmento do 1º Grau são dois momentos da mesma formação, por isso, devem guardar íntima relação. O importante é não parar na alfabetização. O grande objetivo das quatro primeiras séries do 1º Grau é, justamente, continuar o processo iniciado na alfabetização.

Os objetivos dessa proposta devem estar relacionados a:

- ampliação do conceito de alfabetização;
- redução do hiato entre a alfabetização e as séries seguintes;
- e expansão das oportunidades de continuidade para o aluno no sistema supletivo.

Coerente com esta linha de continuidade é que deve ser concebida uma proposta de educação supletiva, para adolescentes e adultos — uma proposta única.

Nos dois momentos que caracterizam a proposta única os fundamentos metodológicos em que se apoiam são os mesmos e os métodos e processos de desenvolvimento das ações devem apresentar pontos comuns.

Lembramos que na construção da proposta, nos seus aspectos metodológicos, ela deve ser orientada para:

- uma educação não-formal, com raízes na comunidade e que permita a prática da participação popular em todos os momentos.

Em relação aos métodos e processos a serem utilizados em sala de aula deve-se considerar aqueles mais adequados as características psicológicas e sociais do aluno adolescente e adulto. Neste sentido, recomendamos o estudo do texto "Aprendizagem do Adulto" de Maria do Socorro Jordão Emerenciano. Esta publicação tenta mostrar algumas características da aprendizagem do adulto e pode servir de

substido na escolha de objetivos, métodos, recursos e operacionalização de uma proposta de educação supletiva.

Na definição do conteúdo uma diretriz importante é a prevalência da linguagem vernácula e da linguagem matemática como "conteúdo básico".

Os objetivos, então, serão formulados a partir dos comentários de ouvir/falar, ler, escrever e calcular sem que se esqueça a participação dos envolvidos no processo educativo, nesta formulação.

Deve-se atentar também para os comportamentos que os alunos terão ao início e término do processo educativo. Não existe um padrão de comportamento para entrada do aluno na alfabetização, entretanto, existem padrões mínimos que demonstram a possibilidade de passagem para o momento seguinte.

Da mesma forma, ao final da pós-alfabetização, os comportamentos de saúde correspondentes ao 1º segmento do 1º Grau deverão ser alcançados para que o aluno possa ser considerado apto e tenha condições de continuidade de estudos no segmento seguinte.

Quanto ao material didático lembramos que trabalhamos com grandes contingentes populacionais e neste caso torna-se mais viável a

utilização de um material nacional. Entretanto em cada região,

localidade deve-se ter a preocupação de trazer as questões/problemas nacionais a nível de estado, município e inclusive pensar na criação ou utilização de outros materiais.

O planejamento de uma proposta única além de explicitar objetivos, conteúdos, estratégia, material didático, e avaliação terá de pensar sobre a duração do período de aprendizagem, o ano letivo, a carga horária mensal, semanal e diária, os períodos de intervalo e tudo mais que possa se adequar ao ritmo do aprendiz adulto.

Há que se pensar ainda nesse planejamento nos recursos materiais e humanos que se dispõe para ajustá-los aos objetivos da proposta.

IV- ETAPAS BÁSICAS A SEREM CONSIDERADAS NA ELABORAÇÃO DE
UMA PROPOSTA EXPERIMENTAL DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA

Para a definição dos itens que deverão constar da proposta sugerimos, inicialmente, um estudo conjunto por parte dos técnicos do livro:

PLANEJAMENTO - Introdução à Metodologia do Planejamento Social
Miriam Veras Baptista
Ed. Crotez & Moraes - São Paulo

Neste livro a autora faz uma abordagem inicial sobre a natureza do planejamento destacando as principais dimensões do processo: racional, política, valorativa e técnico-administrativa. A segunda parte, do livro, é dedicada a descrição e análise da metodologia do planejamento. São analisadas as fases de escolha e delimitação do objeto estudo/diagnóstico, de forma das decisões referentes a objetivos e alternativas de ação, de elaboração de planos, de programas e projetos e, finalmente, as fases de execução propriamente ditas, ou seja, de implementação, de implantação de controle, de avaliação e de retorno ou "feed-back".

Ao final, em anexo, são apresentados alguns exemplos de instrumentos úteis ao planejamento, como roteiros, tabelas, modelos, etc. O estudo deste trabalho permitirá a equipe conhecer e caracterizar os diferentes itens necessários a montagem/construção de uma proposta.

V- DIFERENTES DOCUMENTOS SOBRE PROPOSTA ÚNICA DE
EDUCAÇÃO SUPLETIVA

Sugerimos anexar para trabalho de análise e crítica nas COORD:

1. Proposta Educação Supletiva - outubro/82 - MOBREAL;

2. Projeto Experimental de Educação Supletiva - 1ª. a 4ª. série - PR, juntamente com sua avaliação parcial - Primeiro Momento etapa - A - maio/84;

ALGUMAS SUGESTÕES PARA TRABALHO

- Analisar as propostas do PR, SE e MA retirando de cada uma delas, suas características básicas.
- Verificar a coerência (pontos comuns e pontos divergentes) entre a formulação dessas propostas e as orientações do documento.
- Analisar as propostas do PR e SE e confrontá-las com a prática educativa explícita através da avaliação parcial-PR e do relatório de viagem-SE.

- 3. Projeto Integração - PI/SE, juntamente com relatório de Viagem de Solange Jobim;
- 4. Projeto Experimental de Continuidade (PROECON)MA - out./84;
- 5. Cadernos do CEDI 13
Educação Popular: Alfabetização e primeiras contas - 1984;
- 6. Alfabetização e Pós-Alfabetização Indígena - Uma experiência.